

RELATÓRIO

Diligência a terras indígenas Guarani Kaiowá após assassinato de

Clodiode Rodrigues Souza

15 e 16 de junho de 2016

RESUMO

Com o objetivo de verificar de perto a situação dos indígenas do sul de Mato Grosso do Sul, atacados a balas por fazendeiros no dia 14/06/16, viajei em diligência à região em comitiva pela CDHM, na qual presido. Fomos em grupo de três parlamentares: Eu Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Padre João (PT-MG), o vice-presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e o Deputado Zeca do PT (PT-MS) – conversamos com pessoas que estiveram no local do ataque e foram à área de conflito, onde foi sepultado o indígena assassinado. No retorno, pedi providências ao Ministério da Justiça e inclusão de lideranças no Programa de Defensores de Direitos Humanos.

RELATO

DIA 15/06

A Comitiva deslocou-se de Brasília a Dourados com avião disponibilizado pela Força Aérea Brasileira. No aeroporto, os parlamentares foram recebidos por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, do Sindicato dos Bancários, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, do Coletivo de Mulheres da Faculdade Intercultural Indígena, do Comitê de Defesa Popular, da Frente Brasil Popular, da Bancada do PT na Câmara de Dourados, e também por professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e servidores da Fundação Nacional do Índio. Essas pessoas acompanharam todas as atividades da diligência.

Logo em seguida a comitiva visitou os feridos no Hospital da Vida, onde foi recebida pelo Diretor Genivaldo Dias da Silva, e onde dialogaram também com a Supervisora Aline Cambui Leite. Lá encontraram as vítimas baleadas Josiel Benites (criança), Jesus de Sousa, Norivaldo Mendes, Libésio Marques Daniel e Valdinho Garcia. A criança não conseguia falar nada. As

PRESID. CÂMARA 09/06/2016 18:22 010912

vítimas adultas, que conseguiram dizer algumas coisas, relataram como ocorreu o ataque. Como a narrativa das vítimas e das demais pessoas que foram encontradas ao longo da diligência é a mesma, será exposto em item específico o relato de como ocorreu o conflito.

Como observou o diretor do hospital e como constatarem os parlamentares, nenhum tiro ocorreu em braço e perna. Todos os disparos atingiram regiões vitais (peito e abdômen). Também de acordo com Genivaldo Silva, até aquele momento (dia 15/06, às 22 horas) a polícia não tinha comparecido ao local para investigar os crimes, nem solicitado qualquer informação. Segundo afirmou, esse é um “comportamento diferente do padrão” de quando ocorre esse tipo de delito. Depois da visita ao hospital a comitiva reuniu-se com lideranças indígenas e antropólogos.

DIA 16/06

A comitiva deslocou-se, com veículo do Ministério Público Federal, de Dourados a Caarapó. Juntou-se ao grupo, além dos integrantes das entidades mencionadas acima, membro da Defensoria Pública da União. A comitiva, no trecho de rodovia estadual, foi escoltada pela Polícia Rodoviária Federal.

A comitiva foi recebida na estrada por um grupo de indígenas, dentre os quais Ernesto e Valdelice Veron. A seguir, dirigiu-se, já sem a PRF, mas com as demais entidades da sociedade civil, da FUNAI e da DPU, para a Reserva Indígena Tey Kue, onde estava sendo velado o agente de saúde indígena Clodiode Rodrigues Souza, da etnia Guarani e Kaiowa, assassinado dois dias antes. Lá a comitiva encontrou-se com o pai da vítima, Leonardo de Sousa, com a viúva, Jaqueline Rodrigues, 19 anos, com a filha, Laiande Rodrigues Sousa, 4 meses, com a mãe, Cristiana Rossati, com a bisavó, Cristina Rodrigues, com tias e demais parentes do falecido. Cerca de 400 indígenas velaram o corpo, em clima de protesto e consternação. Durante a cerimônia fúnebre, os parlamentares receberam documentos com reivindicações da comunidade indígena, especialmente a respeito da segurança e da demarcação das terras.

Foi apresentada a situação de lideranças específicas, ameaçadas, cujo abrigo pelo Programa de Defensores de Direitos Humanos foi pedido por mim no regresso a Brasília. Indígenas das comunidades relatam que têm sido ameaçadas por sua militância em defesa dos direitos de suas comunidades.

Conforme relatou uma professora, jagunços percorrem de moto as aldeias e as vicinais, perguntando pelas lideranças.

Durante o velório na aldeia chegaram membros da Força Nacional de Segurança.

Depois a comitiva e os indígenas seguiram em cortejo até a retomada Yvu, onde ocorreu o ataque. A comitiva viu uma vala grande, de cerca de 15 por cinco metros, feita por escavadeira, onde foram enterrados os pertences dos indígenas, incluindo suas motos, panelas, bicicletas e roupas. A cerimonia fúnebre, com rezas tradicionais cantadas em guarani, aconteceu enquanto era cavada a cova. Eu, no momento do sepultamento, pronunciei "enterramos aqui o corpo, mas não enterramos a luta. Não vamos nos render à força dos ruralistas. Unidos seríamos maiores". Um manifesto foi entregue a nós antes da partida.

No retorno, a comitiva encontrou-se, por acaso na estrada, com o Procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, que estava coordenando operações de investigação a respeito dos crimes. O Procurador ponderou a importância de ser constitucionalizada a indenização aos proprietários que percam o domínio em decorrência de demarcação. De acordo com a Constituição Federal (artigo 226, § 6º), é nula a propriedade particular sobre terras que venham a ser reconhecidas como tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.

No dia 17 o Ministério Público Federal denunciou 12 pessoas por integrarem milícia privada contra indígenas no estado.

No dia 27, já depois da diligência, a CDHM recebeu denúncia de que o indígena Guarani e Kaiowá Simão, residente na aldeia Tey Kue, município de Caarapó, esteve em iminência de morte. Seis homens cercaram sua casa, quando sua mulher fugiu correndo com a criança do casal, e ele escondeu-se no roçado de mandioca. Os invasores a seguir vasculharam a casa toda, mas como não encontraram ninguém foram embora.

RETOMADA

Os conflitos passaram-se em Yvu, terra indígena tradicional, assim nomeada pelos indígenas. Trata-se da área reconhecida como Dourados/Amambaipaguá, cuja identificação e delimitação foi publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016. A retomada ocorreu no dia 12 de

junho, e fica a cerca de 20 km da cidade de Caarapó. Trata-se de um processo típico dos conflitos no Mato Grosso do Sul, em que uma terra tradicional, da qual os indígenas foram retirados à força mas com a qual nunca perderam contato, é sobreposta a uma propriedade particular.

De acordo os indígenas, quem coordenou o ataque foi um fazendeiro chamado Virgílio Mata Fogo, ao lado dos fazendeiros Camacho e Japonês. Conforme relatam, no dia 13/06 Virgílio foi, acompanhado por policiais do Departamento de Operações de Fronteira, da Polícia Militar, e da Polícia Federal, tentar convencer os indígenas a sair das terras ocupadas. Como não houve acordo, Virgílio teria dito que voltaria para “resolver do meu jeito”.

No dia seguinte (14/06) cerca de 200 caminhonetes retornaram, com “pistoleiros, fazendeiros e mais o sindicato rural Famasul”, e já chegaram atirando. Segundo os indígenas, os ataques foram “sem piedade”, “não para assustar, mas para matar”, desferidos principalmente pelo fazendeiro conhecido como Virgílio. O ataque durou entre nove e 13 horas, aproximadamente. Os fazendeiros queimaram uma oca, motos e todos os pertences indígenas, que depois enterraram uma vala grande.

Indígenas presenciaram o momento dos tiros fatais, desferidos por Virgílio, tiros que continuaram sendo disparados mesmo depois de Claudiodiode estar sendo socorrido. “Eles vieram atacando, empurrando. O menino já morreu dentro da aldeia” Tey Kue, contígua à área de retomada. De acordo com as vítimas adultas que falaram no hospital, foi Virgílio também quem desferiu os tiros nelas. A comitiva viu cartuchos espalhados pelo chão, que foram recolhidos por indígenas.

OPINIÕES

A líder Valdelice Veron reforça não se tratar de confronto. “É ataque dos pistoleiros a mando dos latifundiários, somos perseguidos por sermos indígenas, mas não vamos recuar, porque essa terra é de nós, Kaiowá e Guarani”.

Eu assegurei às vítimas: “a esperança de vocês é nossa esperança, a luta de vocês é nossa luta”. Ratifiquei ainda que a tarefa dos parlamentares é fazer valer a justiça. “Não há dúvida que a terra pertence aos indígenas, e houve de fato o início do processo de demarcação, por outro lado, os fazendeiros têm o direito de contestar, com documentos, não com armas”.

Paulo Pimenta lembrou que, infelizmente, as tragédias envolvendo povos indígenas têm sido corriqueiras, embora a luta indígena busque “nada mais, nada menos” que o cumprimento da Constituição. “A constituição dá prazo de cinco anos [para a demarcação de terras indígenas], já se vão 30”, destacou.

O deputado também reclamou da impunidade. “Não é possível mais nem uma morte impune, se fazendeiros não concordam [com a demarcação] que vão à Justiça, e não façam massacre, essa foi uma ação criminosa, utilizaram milícia privada”, asseverou.

Já Zeca do PT disse que os defensores dos povos indígenas no Congresso têm “adversários poderosíssimos” – latifundiários, bancada ruralista, governo e parte do Judiciário. “Mas continuaremos resistindo, como vocês resistem aqui”.

APOIO

A comitiva teve apoio logístico do Ministério Público Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Acompanharam os trabalhos a Defensoria Pública da União, a Fundação Nacional do Índio e diversos movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil. A Força Nacional de Segurança, cuja determinação de atuação foi emitida pelo Ministro da Justiça no dia 15, chegou à terra indígena no momento da visita dos parlamentares.

ENCAMINHAMENTOS

- Solicitação de que o Ministro da Justiça (Ofício nº 196/2016-P, de 17/06/2016, e Ofício nº 225/2016-P de 27/06/2016) mantenha a Força Nacional de Segurança na região dos conflitos, inclusive à noite

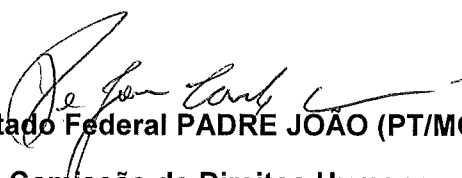
- Solicitação de audiência com o Ministro da Justiça (Ofício nº 196/2016-P, de 17/06/2016), a fim de tratar pessoalmente das demandas dos povos Guarani e Kaiowá.

- Solicitação de audiência com o Diretor-Geral da Polícia Federal (Ofício nº 217/2016-P, de 21 de junho de 2016) a fim de tratar pessoalmente das demandas dos povos Guarani e Kaiowá e da denúncia de parcialidade da atuação da Polícia Federal no confronto. A assessoria do Diretor-Geral afirmou que ele estava ciente do pedido, mas não confirmou a agenda.

- Solicitação de audiência com o Procurador-Geral da República (Ofício nº 218/2016-P, de 21 de junho de 2016) a fim de tratar pessoalmente das demandas dos povos Guarani e Kaiowá. O pedido foi recebido mas ainda não houve retorno.

- Solicitação de inclusão dos indígenas ameaçados no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, à Secretária Especial de Direitos Humanos Flávia Piovesan (Ofício nº 198/2016-P, de 17/06/2016 e Ofício nº 209/2016-P, de 21/06/2016 e Ofício nº 224 de 27/06/2016). O pedido foi recebido mas ainda não houve retorno.

- Estudo da PEC 132/2015, que prevê indenização a proprietários de boa fé pelo valor da terra nua e das benfeitorias de áreas posteriormente declaradas como tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.


Deputado Federal PADRE JOÃO (PT/MG)

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias